

CONSTITUINTE

Limites do PMDB, um partido em crise

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Nada menos do que 28% dos constituintes do PMDB tiveram passagens pela Arena, o partido que deu sustentação política ao longo período de regime militar, e/ou pelo PDS, o sucessor da Arena. Do conjunto dos constituintes eleitos em 1979 (ver quadro sobre a 1986 com a sigla do maior partido do país, 39%, pertence à classe capitalista-proprietária e mais de 20% à classe capitalista rural.

Os dados, compilados pelo cientista político David Fleischer, professor-titular da Universidade de Brasília (Unb), levaram o professor à conclusão de que o PMDB não só é hegemônico na Constituinte, embora tenha formalmente 53,3% do número total de parlamentares, mas também dificilmente conseguirá unidade interna para cumprir o seu antigo "slogan" de "mudança política".

PhD em ciências políticas pela University of Florida em Gainesville, Fleischer mora no Brasil há dezesseis anos e desde então estuda a estrutura dos partidos políticos brasileiros.

Há 3 meses, ele concluiu uma minuciosa análise sobre o perfil dos partidos políticos brasileiros e de seus membros representados na Constituinte.

A composição "ecletica" do PMDB, segundo o professor, já deu muito trabalho aos líderes do partido no esforço de manter os seus membros coesos. E dará muito mais daqui para a frente. A tentativa de conseguir uma posição uniforme na convenção do partido marcada para o próximo fim de semana sobre temas importantes como reforma agrária, função social da propriedade e relação capital-trabalho, mandato presidencial e sistema de governo, de acordo com o professor, esbarrará nas incoerências de perfil do partido.

Dos três maiores partidos — PMDB, PFL e PDS —, Fleischer conclui que a

bancada dos 38 parlamentares do PDS é a mais coerente internamente. Na bancada da Constituinte, 31 vieram da Arena de 1979 e do próprio PDS de 1983. Seis não tiveram mandato em 1979 mas vieram do PDS de 1983. E apenas 1 passou pelo PDT em 1983, mas elegeu-se pela Arena em 1979 (ver quadro sobre a "Árvore genealógica").

Dos 298 constituintes do PMDB considerados pelo professor, 40 eram do PDS em 1983, 42 eram da Arena em 1979 e passaram para o PMDB em 1983. Apenas 137 constituintes do PMDB em 1987 eram do PMDB em 1979 e do PMDB em 1983, os mais autênticos. Com os 47 que entraram diretamente para o PMDB em 1983 sem filiações anteriores, e mais os 28 que chegaram diretamente pelo PMDB em 1986, a bancada mais confiável do partido contaria com apenas 212 constituintes — 40% da Assembléia e não a hegemônica bancada de 53,3%.

E particularmente a partir da análise sobre a atividade econômica dos constituintes que Fleischer elimina qualquer esperança de mudanças importantes produzidas pela sua substituição.

Ele concluiu que 37,7% dos constituintes recebem a maior parte da sua renda proveniente do capital (investimentos e propriedades). No PMDB, são 38,9%; no PDS, 50%; no PFL, 37,6%; no PTB, 42,1%; e, surpreendentemente, no PCB, 42,9%. Somente o PT, o PSB e o PC do B não elegeram um capitalista sequer. (Ver quadro "Perfil".)

Entre os 91 constituintes cuja atividade econômica principal é no setor agrícola, segundo os dados compilados pelo professor, 100% são proprietários. Se somados aos outros 42 que têm o setor agrícola como segunda, terceira ou quarta atividade, a classe proprietária rural atinge 133 constituintes, ou seja, 23,8% do conjunto. (Ver quadro "A classe proprietária".)

A CLASSE PROPRIETÁRIA NA CONSTITUINTE												
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PL	PDC	PSB	PCB	PCdoB	TOTAL
1ª Atividade como fonte de renda												
Agricultura	46,6	36,0	31,6	60,0	62,5	0,0	25,0	66,7	0,0	0,0	0,0	43,1
Com-Serviços	12,9	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	16,7	0,0	0,0	0,0	10,9
Fin-Empresa	22,4	22,0	42,1	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	66,7	0,0	22,8
Indust-Transp.	8,6	18,0	26,3	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,7
Mídia	6,0	10,0	0,0	40,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,6
Outros	3,5	2,0	0,0	0,0	12,5	0,0	25,0	0,0	0,0	33,3	0,0	3,9
TOTAL % (N)	100,0 (116)	100,0 (50)	100,0 (19)	100,0 (05)	100,0 (08)	0,0 (00)	100,0 (04)	100,0 (06)	0,0 (00)	100,0 (03)	0,0 (00)	100,0 (211)
2ª Atividade como fonte de renda												
Agricultura	26,9	28,1	31,3	0,0	14,3	0,0	0,0	25,0	0,0	50,0	0,0	26,3
Com-Serviços	13,4	15,6	18,8	25,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0
Fin-Empresa	31,3	28,1	18,8	75,0	57,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	30,8
Indust-Transp.	7,5	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	8,3
Mídia	3,0	6,2	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8
Outros	17,9	9,5	24,8	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	50,0	0,0	15,8
TOTAL % (N)	100,0 (67)	100,0 (31)	100,0 (16)	100,0 (04)	100,0 (07)	0,0 (00)	0,0 (00)	100,0 (04)	0,0 (00)	100,0 (02)	0,0 (01)	100,0 (133)

Fontes: compilações do próprio David Fleischer, de perfis divulgados pelos jornais Correio Brasiliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora, compilações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e por duas empresas especializadas (Semprel e Apoio Comunicação), além dos dados oficiais do Congresso Nacional.

PERFIL DOS CONSTITUINTES												
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PL	PDC	PSB	PCB	PCdoB	TOTAL
Ocupação Principal												
Agricultura	28,1	13,5	15,8	11,5	26,3	0,0	14,3	66,7	0,0	0,0	0,0	16,3
Com-Ban-empFin	22,1	23,3	26,3	11,5	10,5	12,5	14,3	33,3	0,0	57,1	0,0	21,6
Indust-Transp.	3,4	6,0	3,2	3,8	0,0	18,8	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4
Advogado/Juiz	9,7	9,0	10,3	3,8	10,5	6,3	0,0	0,0	50,0	14,3	28,6	9,1
Profis. Saúde	6,4	6,8	2,6	7,7	5,3	12,5	14,3	0,0	50,0	28,6	14,3	7,0
Ensino	11,1	6,0	5,3	3,8	10,5	31,3	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	9,3
Imprensa	11,1	5,3	5,3	23,1	15,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1
Outros Profis.	6,4	8,3	13,2	11,5	21,1	12,5	14,3	0,0	0,0	0,0	28,6	8,4
Func. Públicos Militares	11,1	19,5	10,5	23,1	0,0	6,3	14,3	0,0	0,0	0,0	14,3	12,9
0,7	1,5	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9
Status												
Donos-Capital	38,9	37,6	50,0	19,2	42,1	0,0	57,1	100,0	0,0	42,9	0,0	37,7
Gerente-Adm.	24,2	24,2	23,7	30,8	21,1	6,3	28,6	0,0	0,0	14,3	0,0	24,9
W. Collar-Sup.	36,6	30,1	26,3	46,2	36,8	62,5	14,3	0,0	100,0	42,9	85,7	35,8
W. Collar-Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Manuais	0,3	0,0	0,0	3,8	0,0	18,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
TOTAL % (N)	100,0 (298)	100,0 (133)	100,0 (38)	100,0 (26)	100,0 (19)	100,0 (16)	100,0 (07)	100,0 (06)	100,0 (02)	100,0 (07)	100,0 (07)	100,0 (559)
Idade 01.02.87	47,53	48,51	51,40	48,97	51,00	43,73	49,60	53,48	53,96	50,21	33,81	48,07
Antiguidade (Anos)	4,12	4,53	5,49	5,24	3,02	2,00	6,86	3,33	0,53	5,14	1,69	4,26
"Calouros"	47,7	43,6	44,7	61,5	57,9	81,3	57,1	66,7	50,0	57,1	57,1	49,0

CONSTITUINTE "Árvore Genealógica" das Filiações Partidárias																					
1987	Em 1979 estavam na ARENA						Em 1979 estavam no MDB						Estavam sem partido em 1979								
	Em 1983 estavam no						Em 1983 estavam no						Em 1983 estavam no								
	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Sem	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Sem	TOTAL	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Sem	TOTAL	
PMDB (298)*	30	42	00	00	00	00	72	03	137	00	01	00	00	141	07	47	02	00	01	28	85
PFL (133)	94	00	01	02	00	00	97	03	01	00	00	00	00	04	18	03	00	00	00	11	32
PDS (38)	31	00	01	00	00	00	32	00	00	00	00	00	00	06	00	00	00	00	00	00	06
PDT (26)	05	00	00	00	00	00	05	00	01	05	01	01	08	00	06	01	01	01	05	13	
PTB (19)	05	00	00	01	00	01	07	01	01	00	02	00	04	04	00	00	02	00	02	08	
PT (16)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00	00	14	01	15	
PL (07)	02	00	00	00	00	00	02	01	01	00	00	00	02	02	00	00	00	00	01	03	
PDC (06)	02	00	00	00	00	00	02	00	01	00	00	00	01	01	00	00	00	00	02	03	
PSB (02)	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	01	00	00	01	00	00	00	01	
PCB (07)	00	00	00	00	00	00	00	00	03	00	00	00	03	00	03	00	00	00	01	04	
PCdoB (07)	00	00	00	04	00	00	00	01	00	00	00	00	03	00	05	00	00	00	01	05	
TOTAL (559)	169	42	02	07	00	01	217	08	147	05	04	02	00	66	38	58	09	03	16	52	176

* O professor David Fleischer inclui como pertencentes ao PCB três parlamentares formalmente eleitos pelo PMDB em razão de terem absoluta identidade com o Partido Comunista. A diferença é irrelevante para análise.

Uma disputa entre dois líderes

por Cecília Pires de Brasília

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, está convencido de que o mandato presidencial e o sistema de governo serão discutidos e votados na convenção do partido, nos próximos dias 18 e 19, apesar da articulação que o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, vem fazendo em favor do adiamento da definição. A estratégia consiste na apresentação de uma proposta de votação da preliminar da questão, isto é, se os dois temas devem ou não ser deliberados na convenção.

"Com, ou sem preliminar, na minha opinião, o sistema de governo e o mandato presidencial serão votados na convenção", disse Covas. Ele afirmou ainda que, se essa preliminar for apresentada e votada, o voto também tem de ser secreto, pois a executiva nacional do partido assim decidiu.



Mário Covas

Parlamentares ligados a Covas passaram a demonstrar, no final da semana, preocupação com o crescimento das pressões que o governo, os governadores e Luiz Henrique, com o apoio do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, passaram a fazer para que os temas mandato e sistema de governo

não sejam votados. Admitindo até mesmo a hipótese de votação dos dois temas, esses parlamentares perguntam-se, ainda, se o voto secreto não acabaria beneficiando os cinco anos, em vez dos quatro, como pensava inicialmente o grupo progressista.

Um deputado do grupo afirmou que o próprio senador Mário Covas gostaria que o voto fosse aberto, para comprometer o convencional perante a opinião pública.

Segundo essa linha de raciocínio, os convencionais teriam mais receio de manifestar suas posições perante as bases do que perante o governo. Se o voto secreto vai beneficiar quatro ou cinco anos de mandato, porém, continua sendo uma dúvida para os parlamentares progressistas.

Luiz Henrique prefere trabalhar no sentido de retirar os temas da convenção. "Mandato e sistema de governo não são assuntos programáticos e, por-

tanto, não devem ser discutidos na convenção", alega.

Luiz Henrique trabalha com o apoio do deputado Carlos Sant'Anna, que prefere, por enquanto, agir nos bastidores para ver até onde Luiz Henrique consegue adesões.

"Isso é uma tarefa de Luiz Henrique. Vamos observar o desenrolar desses trabalhos, por enquanto", diz Sant'Anna.

O senador Mário Covas não acredita que os governadores venham a pressionar as bancadas de seus estados em favor do adiamento da questão. "Os governadores dos estados têm expressão dentro do partido, eles têm o direito e o dever de manifestarem sua opinião, e eu não os critico por estarem-se manifestando. Não estou vendo, entretanto, nenhuma forma de pressão dos governadores sobre os convencionais e acho que eles não iriam ultrapassar os limites", disse Covas.

Amazônia cria instituto para operar o seu "lobby"

por Andrew Greenlees de Manaus

O movimento pan-amazônico já tem data marcada para sair do papel. No dia 10 de agosto, será inaugurado em Manaus o Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA), com o objetivo de estabelecer "uma logística para a região", segundo define o idealizador do projeto, Amazonino Mendes, governador do Estado do Amazonas.

"O ISEA representa uma reação consciente da Amazônia ao descaso no trato de nossos assuntos", explica o governador, um duro crítico do que ele classifica como "colonialismo interno" praticado pelo Sul. "As decisões sobre a Amazônia são tomadas de cima para baixo, em geral por pessoas que não têm conhecimento teórico e muito menos prático de uma região singular no globo", afirma Amazonino Mendes.

Recorrendo a uma expressão muito utilizada nos últimos dias — inspirada nos trabalhos da Constituinte —, Amazonino Mendes diz que o movimento pan-amazônico pretende "sistematizar as variadas e também contraditórias teses sobre a Amazônia". Entre os problemas regionais a serem debatidos pelo ISEA, estão os recur-

sos energéticos, o controle do subsolo, o desenvolvimento econômico, a educação e a saúde, além do aspecto intimamente ligado à região: a ecologia. "Essa discussão deve ser feita aqui", sustenta o governador do Amazonas.

Ele avisa, no entanto, que o ISEA não se limitará a debater. A dimensão política será prioritária, conforme Amazonino. "Podemos fazer sugestões ao Legislativo e ao governo, mas, fundamentalmente, poderemos formar opinião pública sobre a Amazônia."

O conselho diretor do ISEA será formado por "amazonólogos" indicados pelos governadores dos sete estados e dois territórios ligados à questão. Também farão parte todos os senadores e deputados federais da Amazônia, dois representantes de cada Assembleia Legislativa estadual e dez pessoas escolhidas por entidades sociais da região.

A sede ficará em Manaus e o ISEA — sem cargos remunerados — será custeado por contribuições dos estados-membros e por convênios com empresas privadas e órgãos do governo federal. Ainda não existem previsões dos gastos com o ISEA, já que os valores dependerão de cada projeto específico.

O calendário, segundo Ulysses

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encaminhou na última sexta-feira carta aos constituintes falando de prazos e normas de funcionamento dos trabalhos de Assembléia. Lembra que a partir do próximo dia 18 terão início os quarenta dias para discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição, com término no dia 28 de agosto.

Informa que cada constituinte poderá falar pelo prazo de vinte minutos, uma só vez e que se impõe que a discussão se circunscreva à matéria constitucional, para que seja amplamente examinada e debatida, com repercussão no País.

Segundo o documento, nos trinta primeiros dias — de 18 de julho a 16 de agosto — poderão ser oferecidas emendas, em formulário próprio, vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros. As emendas deverão ser entregues na sala das reuniões, todos os dias, das 9 às 20 horas, sendo que no dia 16 até às 24 horas, segundo informa a EBN.

O deputado Ulysses Guimarães frisa que o período

A grande negociação

por Andrew Greenlees de Manaus

Líderes de todos os partidos decidiram na sexta-feira manter o calendário da Constituinte. Na véspera, havia sido levantada a possibilidade de apressar a fase técnica dos trabalhos e levar o anteprojeto de Constituição a plenário já nesta segunda-feira, quatro dias antes do prazo regimental.

A decisão de sexta-feira, no entanto, não invalida a ideia de um acordo para se evitar a discussão e votação das emendas classificadas "de adequação", ou seja, as que se referem à forma do texto. Esta tese foi majoritária entre os líderes, que defenderam a aprovação sem maiores debates — provavelmente no sábado — do projeto elaborado pelos relatores da Comissão de Sistematização, coordenados pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A favor da discussão das emendas colocaram-se os líderes Gastone Righi (PTB), Amaral Neto (PDS) e o representante do PDC, José Maria Eymael. "A comissão tem que cumprir sua fun-

ção", afirmou Righi à saída do encontro.

"Não podemos mudar o regimento assim". "Isso seria comer o prazo regimental", queixou-se, por sua vez, Amaral Neto.

Tanto Righi quanto os demais líderes contrários à aprovação direta do anteprojeto adiantaram sua intenção de solicitar a discussão e votação em separado de emendas de forma que consideraram fundamentais. Entre os partidos favoráveis à agilização — PMDB, PFL, PCB, PC do B, PT, PL,